

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.597 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2002



Sérgio Machado

Indicados relatores setoriais para examinar emendas ao Orçamento

Parlamentares que vão ajudar o relator-geral, Sérgio Machado, a decidir sobre as alterações sugeridas foram definidos pelos partidos. Liderança do PT terá prazo especial para propor mudanças, a fim de que o presidente eleito possa adequar o projeto orçamentário a seu programa de governo.

PÁGINA 3

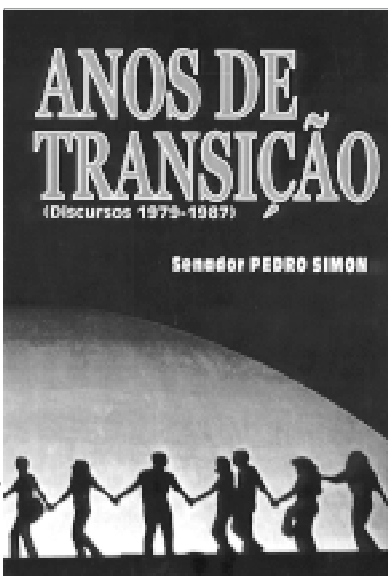


Foto: Divulgação

Simon lança livro sobre a abertura democrática

Pedro Simon lançará quinta-feira, em Porto Alegre, *Anos de Transição*, coletânea de discursos feitos da tribuna do Senado no período da abertura democrática. Outro livro a ser autografado pelo senador trata da luta pela candidatura própria do PMDB à Presidência.

PÁGINA 2

Plenário deve dedicar semana a votar medidas provisórias

As 18 medidas provisórias aprovadas na semana passada pela Câmara têm prioridade para votação no Plenário do Senado a partir de amanhã.

PÁGINA 3

Senado só pode deliberar sobre outras matérias após votar as MPs que entram na pauta esta semana



Foto: Cruz

Foto: Divulgação



CAE vota pedido de crédito de US\$ 75 milhões para saneamento

A Comissão de Assuntos Econômicos deve votar amanhã pedido de autorização do Executivo para empréstimo de US\$ 75 milhões junto ao Banco Mundial. Os recursos seriam destinados ao financiamento de programa de saneamento.

PÁGINA 3

Empréstimo deve financiar o Programa de Modernização do Setor de Saneamento

Comissão discute projetos que ampliam uso do FGTS

PÁGINA 3

Comissão vota indicações de três embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, a partir das 17h30, para analisar e votar os pareceres sobre três indicações do presidente da República para embaixadas brasileiras no exterior. Após a leitura dos pareceres, os senadores que compõem a CRE sabatarão os indicados e votarão em reunião secreta. As mensagens serão submetidas depois ao Plenário do Senado.

O diplomata Fausto Orlando Campello Coelho, que ocupa o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Costa do Marfim, foi indicado para assumir, cumulativamente, a embaixada brasileira no Mali. Os diplomatas Frederico Cezar de Araújo e Mauro Luiz Iecker Vieira foram escolhidos para as embaixadas do Brasil na Austrália e na Suíça, respectivamente.

Encontro no Senado debate relações públicas

Os principais aspectos das relações públicas no Brasil, na Europa e na América Latina serão debatidos nesta quarta-feira, no Auditório Petrônio Portella, do Senado. A iniciativa é da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal e do Conselho Federal dos Profissionais de RP do Brasil, e se destina a estudantes e profissionais da área de comunicação social.

O Encontro Ibero-Americano de Relações Públicas contará com palestras do professor Jordi Balcells, presidente do Conselho de Relações Públicas de Barcelona (Espanha); Daniel Cohen, da Universidade de Córdoba (Argentina); e Flávio Schimith, presidente do Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas (Brasil). Mais informações pelo telefone 311-3388.

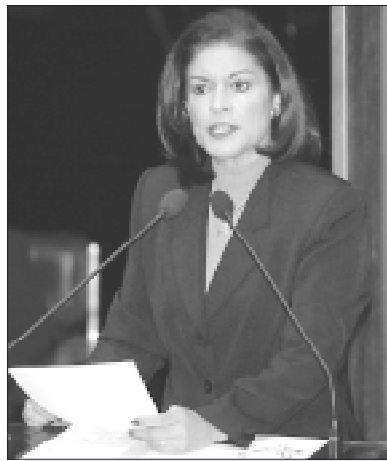
Emilia aplaude programa gaúcho de alfabetização

Ela disse que o êxito do projeto, inspirado no método do educador Paulo Freire, o credencia a ser encampado pelo futuro governo Lula

A metodologia utilizada pelo Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Rio Grande do Sul (Mova) o credencia a figurar entre as práticas educacionais a serem encampadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou, em discurso no Plenário, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS).

Inspirado no método desenvolvido pelo educador Paulo Freire, o Mova procura ensinar a leitura e a escrita a partir da realidade dos educandos, segundo explicou Emilia Fernandes. Esse esforço de alfabetização de pessoas com mais de 15 anos é viabilizado pelo trabalho de cerca de 7 mil educadores, 1.159 apoiadores pedagógicos, 497 animadores populares e 353 entidades públicas e não-governamentais.

– O Movimento de Alfabeti-



Emilia Fernandes disse que o Mova é obra da atual administração

zação de Jovens e Adultos do Rio Grande do Sul é um dos componentes da obra que se concretiza com projetos inéditos implementados pelo atual governo gaúcho – comentou a senadora.

Entre as propostas inovadoras do governo do estado na

área educacional, Emilia destacou a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e a realização de uma constituinte escolar que estabeleceu novas bases para o ensino público gaúcho.

Em um país em que a média de escolaridade da população economicamente ativa situa-se em quatro anos, segundo Emilia Fernandes, é obrigação de qualquer governo superar o déficit no setor, “se quiser garantir soberanamente o seu futuro”.

A seu ver, a expansão do sistema educacional público e gratuito e a elevação dos níveis de qualidade do ensino devem ser prioridade no modelo de desenvolvimento social do governo Lula.

A senadora comunicou que o I Congresso Estadual do Mova seria realizado no último sábado, em Porto Alegre.

Senadores participam de feira do livro no RS

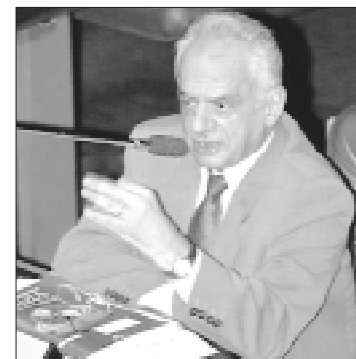
Um dos eventos literários mais populares do país, a Feira do Livro de Porto Alegre vai contar este ano com a participação dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Emilia Fernandes (PT-RS), além dos senadores eleitos Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Paulo Paim (PT-RS).

Simon prepara o lançamento de dois livros na próxima quinta-feira, às 16h, no pavilhão central de autógrafos do evento, que é realizado na Praça da Alfândega, da capital gaúcha. A participação de Simon no evento já é tradicional e suas sessões de autógrafos são muito concorridas.

O livro *Anos de Transição* reú-

ne discursos feitos pelo senador na tribuna no Senado na época da abertura democrática e o intitulado *Coerência e Responsabilidade* narra a atuação parlamentar do senador no primeiro semestre de 2002, com destaque para a luta pela candidatura própria do PMDB à Presidência e discursos realizados nas sessões especiais em homenagem a Mário Covas e em comemoração aos 50 anos da CNBB e aos 111 anos do Senado.

Emilia Fernandes também preparou para a Feira do Livro de Porto Alegre uma edição especial sobre importantes momentos de seu mandato. O livro, denominado *Rio Grande do Sul: um Estado*



Pedro Simon lançará o livro *Anos de Transição*, reunindo discursos feitos no Senado

Presente na Construção do Futuro, reúne uma seleção de discursos da senadora nos últimos oito anos.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2002

PLENÁRIO
14h30 – Sessão não deliberativa
PREVISÃO
Terça-feira 14h30 – Sessão deliberativa ordinária Pauta: primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 14/02, cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; PLC nº 110/01, dispõe sobre o Conselho Federal e os conselhos regionais dos despachantes documentaristas; PDL nº 298/01, aprova o texto da Convenção nº 171 da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao trabalho noturno; e PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitárias e a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.
Quarta-feira 14h30 – Sessão deliberativa ordinária Pauta: votação, em segundo turno, da PEC nº 55/01, altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o poder legislativo municipal); votação, em primeiro turno, da PEC nº 16/02, altera o inciso I do artigo 159 da Constituição federal (cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 32/01, altera o inciso II do artigo 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, dá nova redação ao artigo 217 da Constituição federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 14/02, cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitárias; e PR nº 6/01, dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo do Senado.
Quinta-feira 10h – Sessão deliberativa ordinária Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 14/02, cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitárias e a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 519/02, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 19/99 com o PLC nº 54/02, por regularem a mesma matéria.
COMISSÕES
Terça-feira 10h – Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Alexandre Costa – Sala 19
17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 09A
Quarta-feira 9h – Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Orçamento da União já tem relatores setoriais

Foram indicados, na sexta-feira, os dez parlamentares que irão atuar em conjunto com o relator-geral da proposta orçamentária. PMDB, PFL e PSDB terão duas relatorias cada e, individualmente, PT, PDT-PPS, PPB e PTB terão uma

Os partidos políticos indicaram na sexta-feira os nomes dos dez parlamentares que vão ajudar o relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), a decidir sobre as milhares de emendas que deputados e senadores apresentarão ao projeto de Orçamento para 2003 até amanhã. PMDB, PFL e PSDB ficaram com duas relatorias, enquanto PT, Bloco PDT-PPS, PPB e PTB ficaram com uma, cada.

A relatoria de Infra-Estrutura, em que se concentra a maior parte dos investimentos, principalmente na área de transportes, coube ao PFL. Ao partido também foi concedida a relatoria de Poderes de Estado e Representação. O PT ficou com os assuntos de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo. O PSDB cuidará dos assuntos de Saúde e de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e o PMDB, dos programas de Integração Nacional e Meio Ambiente e do item Justiça e Defesa Nacional.

Os 513 deputados federais e 81 senadores poderão apresentar emendas ao Orçamento até amanhã e cada um tem direito a até 20 alterações (limitadas a R\$ 2 milhões), desde que indique de onde

RELATORES SETORIAIS DO ORÇAMENTO 2003	
Poderes do Estado e Representação	Senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA)
Justiça e Defesa Nacional	Senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA)
Fazenda e Desenvolvimento	Deputado Ailton Cascavel (PPS-RR)
Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG)
Infra-Estrutura	Deputado Santos Filho (PFL-PR)
Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo	Deputado Doutor Rosinha (PT-PR)
Saúde	Deputado Alexandre Santos (PSDB-RJ)
Previdência e Assistência Social	Deputado Félix Mendonça (PTB-BA)
Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Pedro Novais (PMDB-MA)
Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

quer tirar o dinheiro. Cabe ao relator setorial decidir se aceita cada uma das propostas e, tradicionalmente, a maioria delas é rejeitada. As bancadas também apresentam emendas de interesse estadual ou regional e as comissões permanentes da Câmara e do Senado oferecem emendas relativas aos temas de sua competência.

Por decisão dos líderes na Comissão Mista de Orçamento (CMO), as lideranças do PT poderão apresentar emendas até a

votação do projeto orçamentário na comissão. Foi uma concessão ao presidente eleito, para que ele tenha tempo de adaptar o Orçamento aos seus projetos sociais. Na prática, Lula terá quase um mês a mais que os deputados e senadores para apresentar emendas de seu interesse, porque a votação final do projeto na comissão deve ocorrer no dia 11 de dezembro. O Congresso deve votar o Orçamento até o dia 15 de dezembro.

CAE deve analisar amanhã solicitação de empréstimo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá apreciar na sua reunião de amanhã parecer do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) favorável à mensagem encaminhada pelo Executivo que propõe a tomada de empréstimo externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 75 milhões, para financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento.

Outro relatório do senador Carlos Bezerra, um substitutivo ao projeto de Osmar Dias (PDT-PR) que autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a conceder empréstimos com taxas de juros de 6% ao ano para a aquisição de geradores de energia, está incluído na pauta da CAE. A proposta original estipula que o empréstimo deverá ser pago em um prazo de dez anos, com três de carência. O substitutivo de Bezerra re-

duz este período para sete anos, com um de carência.

— O prazo proposto de dez anos para pagamento, sendo três de carência, extrapola em muito o tempo médio de depreciação para tais equipamentos, comprometendo as garantias das operações e ensejando pagamentos após o término de sua vida útil. Por isso se faz necessária a adequação desse prazo, visando eliminar riscos de inadimplência e comprometimento do fundo de financiamento — explica o senador.

A CAE também deverá analisar parecer do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) favorável ao projeto de Carlos Wilson (PTB-PE) que obriga o governo a dar preferência aos pequenos agricultores na aquisição de gêneros para programas de distribuição de alimentos e combate à fome. O relator apresentou emenda ao projeto, estendendo a prioridade nas compras destinadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Senado prioriza votação de 18 MPs

Com prioridade sobre todas as outras matérias que aguardam votação no Senado, 18 medidas provisórias (MPs) deverão ser examinadas pelo Plenário esta semana, estando também prevista a discussão de cinco propostas de emenda à Constituição (PECs), de autoria dos senadores Leomar Quintanilha (PFL-TO), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Sebastião Rocha (PDT-AP), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Fernando Ribeiro (PMDB-PA).

As PECs em discussão fixam limites de despesas com o Poder Legislativo municipal; destinam percentual do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para universidades da Amazônia Legal; normatizam desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente; vedam recondução de dirigentes desportivos por mais de um período consecutivo; e criam compensação financeira aos estados que produzirem saldo positivo na balança com o exterior.

As MPs que passarão a obstruir

a pauta, caso não sejam votadas, referem-se a:

MP 40/02 — abre crédito extraordinário em favor do Ministério das Minas e Energia.

MP 41/02 — altera a lei que dispõe sobre incidência da contribuição para PIS-Pasep e Cofins.

MP 42/02 — dispõe sobre estruturação da carreira de Inteligência e remuneração de pessoal da Agência Brasileira de Inteligência.

MP 43/02 — dispõe sobre remuneração dos cargos da carreira de Procurador da Fazenda Nacional.

MP 44/02 — dispõe sobre inclusão de cargos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) em Plano de Classificação.

MP 47/02 — dispõe sobre a estruturação da carreira de Perito Federal Agrário.

MP 48/02 — dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo.

MP 49/02 — autoriza o Executivo a contratar operação de crédito interno e conceder garantia a entidades da administração indireta.

MP 50/02 — abre crédito extraordinário em favor de operações oficiais de crédito.

MP 54/02 — abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional.

MP 55/02 — autoriza condições especiais para crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100, previstos na Lei Complementar 110/01.

MP 56/02 — dispõe sobre inclusão de cargos no Plano de Classificação de Cargos.

MP 60/02 — abre, em favor de encargos financeiros da União, crédito extraordinário de R\$ 7 bilhões.

MP 63/02 — cria o Programa Diversidade na Universidade.

MP 65/02 — regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

MP 67/02 — dispõe sobre tributos para empresas de transporte aéreo.

MP 68/02 — altera leis que normatizam vale-pedágio, transporte aquaviário e terrestre; e criação de agências nacionais de transporte.

MP 46/02 — reestrutura a carreira Auditoria do Tesouro Nacional.

Comissão discute projetos que flexibilizam uso do FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discute na quarta-feira quatro projetos que flexibilizam o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), permitindo o saque para a compra de microcomputador, veículo e lote urbanizado



Ornélas propõe compra de computador com recursos do fundo

ou para financiamento estudantil.

A proposta que possibilita ao trabalhador movimentar a conta do FGTS para a compra de microcomputador é de autoria de Waldeck Ornélas (PFL-BA) e recebeu parecer favorável de Antonio Carlos Júnior (PFL-BA). A que torna possível o uso dos recursos do FGTS para a compra de veículo de uso pessoal ou da família foi apresentada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). De acordo com o texto a ser votado, que recebeu substitutivo do relator, Wal-

deck Ornélas, essa possibilidade fica restrita ao titular da conta que já possua moradia própria.

A terceira proposição, encaminhada pelo deputado Geraldo Magela (PT-DF), permite a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado.

Mauro Miranda (PMDB-GO), relator da proposta, acolheu a idéia, mas apresentou substitutivo ao texto original. Se o trabalho do relator for aprovado, a matéria voltará à Câmara após passar pelo Senado. Já a proposta de Ricardo Santos (PSDB-ES) permite o uso do FGTS para a amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). A matéria também recebeu aprovação do relator, Waldeck Ornélas, com apresentação de emendas.

Mauro pede atenção do governo para moradia

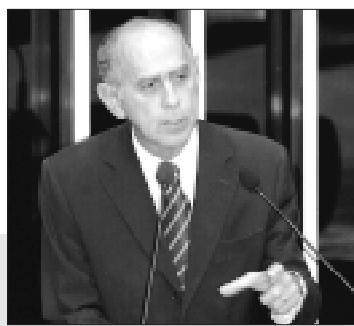
Senador sugere que Lula encare o problema como sua segunda prioridade, logo após o combate à fome. E afirma que o déficit habitacional do país alcança atualmente a marca de 5,5 milhões de casas e aumenta em 600 mil a cada ano.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) propôs que a segunda prioridade do futuro governo, logo após o programa de combate à fome, seja a construção de moradias para a população. O déficit habitacional do país, observou, alcança atualmente a marca de 5,5 milhões de casas, às quais acrescentam-se 600 mil a cada ano.

Os números foram classificados pelo senador como “uma das marcas da iniquidade” no país. Ele lamentou que vivam em favelas 20% dos habitantes da região metropolitana de São Paulo e 28% da população do Grande Rio. Em Brasília, acrescentou, já se vêem famílias alojadas sob viadutos e pontes, e algumas cidades próximas da capital federal têm índices de criminalidade e violência muito elevados.

— Vicejam ali as velhas políticas clientelistas dos tempos do coronelismo, como se, junto à capital do século 21, os costumes políticos estivessem congelados no século 19 — declarou Mauro Miranda.

O senador lembrou ter sido o autor da proposta de emenda que, aprovada, incluiu na Constituição a moradia entre os direitos sociais



Mauro Miranda foi autor da emenda que incluiu a moradia como direito social na Constituição

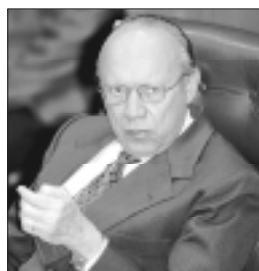
fundamentais. Disse sentir-se gratificado por ter contribuído para a afirmação desse direito, que “havia provavelmente escapado à lembrança do legislador originário”.

Entre os pontos do programa do presidente eleito, Miranda elogiou a possibilidade de parceria entre o governo federal e as prefeituras em planos integrados de moradia e o estímulo à construção civil, inclusive por meio de políticas voltadas ao barateamento dos materiais.

— O estímulo à construção civil, além de atender à necessidade de moradia, atende também, e de maneira mais imediata, à de geração de postos de trabalho — afirmou.

João Alberto sugere combate à fome junto com promoção social

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) propôs que as ações de combate à fome, planejadas pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, sejam acompanhadas pela adoção de projetos de promoção social. O próximo governo, afirmou, deveria



João Alberto: é preciso investir em alfabetização e geração de renda

investir em alfabetização, profissionalização e geração de renda.

— Saciara a fome e abandonar os atendidos na ociosidade é frustrar a esperança de crescimento, é relegá-los à humilhação do paternalismo. O atendimento não pode se restringir ao aspecto isolado da satisfação física. É essencial que a pessoa atendida o seja no conjunto global das aspirações do ser humano — sustentou João Alberto.

O senador considerou indiscutível a prioridade que deve ser dada

às crianças no programa de combate à fome. Observou que a fome provoca males às vezes irreversíveis no organismo infantil, em especial até os três anos de idade, quando se completa a formação da estrutura dos neurônios.

João Alberto citou a Pastoral da Criança, mantida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e coordenada por Zilda Arns, como uma experiência que tem dado certo e poderia ser aproveitada pelo próximo governo.

Na opinião do senador, caberá ao futuro presidente envolver instituições públicas e particulares no combate à fome, a fim de “congregar experiências e metodologias consagradas, para que a execução seja constatável e a aplicação dos recursos mantida sob controle”.

Mozarildo: Amazônia corre risco de desnacionalização

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) conclamou o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, a definir urgente prioridade à Amazônia, sob pena de assistir à desnacionalização de todo aquele território, comandada pelo governo dos Estados Unidos. Segundo o sena-



Mozarildo vê estratégia de dominação disfarçada pelo combate à droga

dor, a pretexto de combater as drogas, o governo norte-americano tem fincado suas bases no território latino-americano, criando sérios problemas para os países da região.

Mozarildo disse que o projeto norte-americano de combate às drogas na Colômbia, país com fronteira de 1.600 quilômetros de floresta com o Brasil, serviu apenas para inutilizar vastas áreas agrícolas colombianas, pelas operações de fumigação química que envenenaram as águas e trouxeram sérias conseqüências para a população indígena e o ambiente. Apesar dessa operação desastrosa, comentou, a produção de drogas na Colômbia

cresceu 25% nos dois últimos anos.

As conseqüências da ação norte-americana são tão graves, observou Mozarildo, que o colombiano Ricardo Vargas Meza, da Ação Andina, considera que o “Plano Colômbia” é, na verdade, “um plad-

no para a guerra, a pobreza e o debilitamento do Estado”.

Para o senador, o que fica cada vez mais evidente, nas ações hegemônicas dos Estados Unidos, é que esse país está pondo em prática não uma campanha contra as drogas, até porque são os norte-americanos os maiores consumidores de drogas ilícitas do mundo (com 1,3 milhão de usuários), mas sim uma estratégia geopolítica de dominação. Diante desse quadro, comentou, o futuro governo tem de dar urgente prioridade à Amazônia, sob pena de ver a região transformada num novo Vietnã.

Ações dos EUA na América Latina exigem cuidado, adverte Emilia

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) solidarizou-se com as preocupações do senador Mozarildo Cavalcanti quanto ao avanço da violência atrelada ao tráfico internacional de drogas. Também condenou a determinação dos Estados Unidos de combater o narcotráfico e ações terroristas com táticas de guerra, que, avaliou, ameaçam a integridade dos povos e a soberania de outros países.

Não só o Brasil, mas os demais países da América Latina, devem “observar atentamente”, segundo Emilia, os movimentos dos Estados Unidos na região. Ela alerta que, em um ambiente de desestruturação econômica e social, em que 44% da população é classificada como pobre pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), é compreensível o avanço da violên-

cia. O problema demandaria, porém, ação coletiva, e não intervenção militar, em sua opinião.

A advertência quanto a uma possível expansão militar dos Estados Unidos encontraria respaldo, segundo a senadora, no plano dos EUA de combate ao tráfico de drogas na Colômbia. Como Mozarildo, Emilia observou que, em nome do combate aos narcotraficantes, podem estar ocorrendo militarização e destruição da floresta amazônica.

Ela também pediu atenção do Brasil, do Paraguai e da Argentina, países da tríplice fronteira, ao recente alerta norte-americano quanto à existência de uma célula terrorista ligada à Al Qaeda na região. Na opinião de Emilia, a divulgação dessa hipótese pode ser “a primeira semente” de futuras intervenções dos Estados Unidos na América Latina.

Jucá destaca conquistas de FHC na educação

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) atribuiu ao programa Bolsa-Escola federal importância fundamental para o que considera uma das maiores realizações do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso: a universalização do acesso à escola, com o maciço ingresso dos alunos mais pobres. Levantamentos divulgados pelo Ministério da Educação indicam que, de 1994 a 2001, houve notável progresso dos diversos níveis de ensino. O Bolsa-Escola federal, com investimento de R\$ 2 bilhões, beneficiou 11 milhões de crianças de sete a 15 anos, declarou.

Segundo Jucá, estatísticas referentes ao ano de 1992 indicam que 75% das crianças mais pobres, entre sete e 14 anos, estavam na escola, contra 97% de crianças mais afortunadas. Sete anos mais tarde, 93% das crianças mais pobres compareciam às aulas, contra 99% das mais ricas. No total, esses números superaram a meta fixada no Plano Decenal de Educação para Todos, observou.

No ensino fundamental, a expansão das matrículas integrou cinco milhões de novos alunos, com crescimento de 16%. No ensino médio, foram incorporadas três milhões e meio de novas matrículas, representando crescimento de 71% de 1994 a 2001. Já o ensino superior incorporou um milhão de estudantes nos cursos de graduação. De igual modo, houve aumento de cursos, matrículas e concluintes de mestrado e doutorado na rede pública, afirmou.

— Essa é a síntese do balanço feito pelo ministro Paulo Renato Souza, que confirma o acerto do governo do presidente Fernando Henrique, ao consignar total prioridade à área educacional, que todos defendemos como indispensável para o crescimento do país — disse Jucá.



Jucá: prioridade à educação deu bons resultados